

Etnicidade cigana, exclusão social e racismos *

Maria Manuela Mendes

Enquadramento da problemática

Pesquisas recentes realizadas quer em Portugal, quer nos países da União Europeia, revelam que entre os grupos e categorias sociais mais expostos a situações de forte exclusão e desqualificação social, são de destacar os grupos étnicos, que na sua globalidade e de forma cumulativa, experienciam mecanismos de empobrecimento e de reprodução circular de situações de exclusão.

A este propósito, refira-se que a etnia cigana é o grupo étnico mais numeroso em território nacional, oscilando os seus efectivos entre os 30 mil ¹ e os 92 mil indivíduos ².

Relembre-se a este respeito, que a presença em território nacional de grupos etnicamente identificados como ciganos data do século XV, constituindo o grupo étnico com o qual temos experiência de convívio directo há mais tempo.

Sendo Portugal, uma sociedade multicultural, a convivência de uma pluralidade de etnias e identidades conhece um alento renovado, sustentado

* O presente texto é uma sinopse de alguns capítulos da tese de dissertação de mestrado intitulada *Etnicidade, grupos étnicos e relações multiculturais: elementos para a compreensão das relações entre ciganos e não ciganos, no âmbito de uma Sociologia das Relações Étnicas e Rácicas*, defendida em Maio de 1997 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Paulo Machado — "Reflexões a propósito da minoria étnica cigana em Portugal: aproximação sociológica sobre uma identidade desconhecida", *Serviço Social*, sem mais referências.

² Segundo dados da Asociación Secretariado General Gitano, Madrid, 1992.

pela reemergência de se equacionar de forma séria a situação da etnia cigana e de outras etnias na sociedade portuguesa, na medida em que esta etnia tem vindo a revelar uma assinalável vulnerabilidade aos mecanismos de empobrecimento, marginalização e de ghettização. Na sua grande parte, os seus membros encontram-se numa situação de desvinculação estrutural face ao mercado formal de emprego, por vezes próximos do que se pode designar por "economia da delinquência", elevada taxa de analfabetismo, absentismo e forte estigma escolar, e conseqüente abandono do sistema de ensino, inserção profissional prematura no contexto da economia informal (actividades ligadas à venda ambulante), baixa qualificação profissional, ausência de tradição de trabalho assalariado, e assumpção de uma atitude de retraimento ao nível da participação sócio-política, o que tem tradução directa num estatuto marginal face aos benefícios do Estado, em matéria de segurança social, educação, saúde, emprego, lazer e habitação.

Não é de estranhar que os indivíduos pertencentes a este grupo apresentem uma inserção relativamente problemática e controversa na sociedade envolvente, largamente amplificada pelas imagens pouco positivas veiculadas pelos *media*. Acresce, que este grupo é dotado de uma identidade étnico-cultural e modos de vida, relativamente distanciados, incompreendidos e não reconhecidos pela sociedade dominante. Obviamente, não estamos perante um grupo propriamente impermeável aos valores, estilos de vida, recursos e potencialidades provenientes da sociedade em geral.

A sua identidade e modos de vida assentam em grande medida na filiação étnica, estruturada em torno de um quadro de valores comum, peculiar, estruturador das suas vivências e relativamente diferente do que prevalece na sociedade envolvente — a valorização dos elementos mais velhos do grupo e da família extensa; o casamento segundo a tradição; a virgindade da mulher; o respeito e amor dedicado às crianças e o respeito pelas "leis ciganas", que se consideram estar acima da ordem jurídica do país — e que distancia e acentua as clivagens e contrastes sociais e culturais entre ciganos e sociedade em geral, tendencialmente homogeneizante e niveladora.

Partindo da problemática da etnicidade, cuja pertinência analítica é mais fecunda do que a de "minorias étnicas"³, tem-se em conta as múlti-

³ A. Teixeira Fernandes evidencia que o termo minoria pode ter uma significação puramente estatística, no sentido de subconjunto menor em número do que outros subconjuntos ou conjuntos. As minorias podem ainda ⁴ser percebidas como espaços ideológico-políticos, como realidades alienígenas, constituindo um corpo estranho, ou, em sentido positivo, como grupos portadores de projectos de futuro", in A. Teixeira Fernandes

pias dimensões sociais, culturais e políticas que constituem os trajectos sociais deste grupo na sociedade portuguesa. Referencia-se o grupo étnico cigano à problemática da etnicidade, tendo em consideração três dimensões essenciais: a social — desigualdades sociais e inserção sócio-profissional; a cultural — religião, valores e crenças religiosas, a língua, os estilos de vida, as tradições culturais e as práticas culturais, as relações de parentesco; a política — a organização interna à comunidade e face ao exterior, a autoridade interna, o associativismo e a participação política.

O conceito de grupo étnico referenciado a esta pesquisa parece ser mais adequado e pertinente porque menos redutor que os de raça e de minorias étnicas. Supõe-se que é no quadro da interacção que deve ser conceptualizada a questão da etnia. Aqui pontifica sobretudo uma orientação que radica na perspectiva de que a etnia "resulta dum conjunto de representações que os grupos interactuantes constróem, quando se confrontam. As avaliações, quer reciprocamente feitas quer em relação ao próprio grupo de pertença, são por vezes descoincidentes, traduzindo-se numa situação de conflito cognitivo". No entanto, o conflito cognitivo é apenas a "face mais visível do conflito social, sendo este o resultado das iniquidades sociais e económicas"⁴.

A etnia existe quando alguns requisitos se encontram preenchidos: quando um "segmento significativo da sociedade é visto como diferente a partir de combinações de algumas características — língua, religião, raça e origem", quando "os seus membros percebem-se a si próprios daquela forma"

— "Etnicização e racização no processo de exclusão social", *Sociologia* — Revista da Faculdade de Letras do Porto, I Série, Vol. VI, 1995, p. 24. Nesta óptica de análise, J. C. Deschamps diz que o termo minoria designa aqueles que dispõem de menos recursos (autoridade, prestígio, poder, competência, etc.) para impor as suas opiniões. Cfr. J. C. Deschamps et al. — *Psicologia Geral Experimental*, Lisboa, Moraes Ed., 1986. Nesse sentido, a maioria pode significar, também, uma minoria numérica que impõe a sua visão do mundo à maior parte duma população. O próprio conceito de minoria étnica supõe de forma implícita a existência de uma homogeneidade de condições de vida de todos os indivíduos que têm em comum uma determinada pertença, ou seja, uma "composição social homogénea", o que não é necessariamente verdade. Não se esgotando nos seus aspectos mais directamente tangíveis, o termo «minoria», outrora de uso corrente, tende hoje a ser substituído pelo de «grupo étnico». Para A. Teixeira Fernandes, o grupo étnico é marcado por alguns traços que o diferenciam do resto da população. É possuidor de uma cultura própria e de uma particular religião. É identificado, não raro, através de traços fisionómicos. Estes aspectos fazem dele um mundo à parte, com o seu sistema de relações sociais e a sua vivência cultural.

⁴ Philippe V. Poutignat et Jocelyne Streiff-Fenart — *Théories de l'ethnicité*, Paris, PUF, 1995, p. 34.

e "participam e partilham actividades construídas à volta da sua (real ou mística) origem e cultura comuns" ⁵.

Procurar-se-á localizar os sujeitos sociais num "espaço de contrastes sociais e culturais com a população portuguesa" ⁶. Segundo Fernando Luís Machado, a etnicidade ganha tanta ou mais relevância quanto mais acentuados forem os contrastes de uma minoria com a sociedade em que está fixada. "As situações em que a etnicidade atinge um grau socialmente disruptivo são, geralmente, caracterizadas por fortes contrastes sociais e culturais, demarcando a minoria ou as minorias em questão dos contextos em que se inserem" ⁷. Importa, nesta sequência, averiguar a amplitude dos contrastes do grupo étnico cigano com a sociedade portuguesa em geral.

Tendo em consideração o património sociológico já existente sobre estas questões, e seguindo de perto as pesquisas efectuadas por F. Luís Machado a propósito da presença dos "guineenses" na sociedade portuguesa, adopta-se as orientações analíticas formuladas pelo autor acerca do sentido que aqui irá ser atribuído ao contraste social e ao contraste cultural.

O contraste social foi operacionalizado nas seguintes dimensões: localização residencial, estrutura etária e sexual, níveis de escolaridade, composição sócio-profissional. Para definir contraste cultural, o autor tomou como fundamentais as dimensões religiosa, linguística, racial, matrimonial e os modos de vida.

Passando a uma análise global dos níveis de contraste dos grupos étnicos predominantes em território nacional, o autor refere que no plano do contraste social, indianos, moçambicanos, angolanos e guineenses (segundo elementos de caracterização de 1981) "apresentam estruturas de classe não muito diferentes da estrutura de classes da população portuguesa. Com efeito, os dados sociográficos disponíveis revelam que aquelas minorias são caracterizadas, tal como a população portuguesa, por estruturas de classes tripartidas - burguesia, pequena burguesia e operariado -, em que o peso comparativo de cada uma das três classes não é muito diferente..." ⁸. Excepção seja feita relativamente à comunidade indiana, em que em alguns dos seus sub-grupos se constata uma maior expressão numérica da pequena burguesia,

⁵ Yinger, citado por Ana Saint-Maurice — *Reconstrução das identidades no processo de emigração: a população caboverdiana residente em Portugal* (Dissertação de Doutoramento), Lisboa, ISCTE, 1994, p. 285.

⁶ Fernando Luís Machado — "Etnicidade em Portugal — Constrates e politização", *Sociologia Problemas e Práticas*, 12, 1992, p. 123.

⁷ ídem, ibidem, p. 124.

⁸ ídem, ibidem, p. 126.

resultante do predomínio das actividades por conta própria no sector do comércio.

Particularizando o grupo étnico cigano, com grandes dificuldades se observa na "realidade" uma estrutura de classes tripartida. Embora não haja uma homogeneidade social, na sua grande parte os seus membros exercem actividades independentes, em família, havendo uma distribuição dos "lucros" entre os elementos do grupo familiar. São essencialmente actividades que se inserem no sector desqualificado do comércio ambulante e na economia informal. Não se regista, salvo raras excepções, a proletarização ou por oposição, o "emburguesamento" através do assalariamento de ciganos ou não ciganos, ou seja, a assumpção de um estatuto de patrão. Embora cientes de que o conceito de classe social é dotado de suficiente flexibilidade - na medida em que a realidade social é movente —, sendo, por isso, um conceito maleável "consoante os campos de práticas e de representações em análise e consoante cada objecto de estudo em particular" ⁹, questiona-se aqui, até que ponto será legítimo, ou até abusivo, "transferir" as tipologias e as classificações de classe propostas em bibliografia recente ¹⁰, para o grupo étnico cigano. Neste plano de análise, é necessário estabelecer as dimensões básicas do conceito, que se fundamentam nas propriedades objectivadas, assim como nas propriedades incorporadas (legitimadas pelos grupos socialmente dominantes, em número e poder), "num espaço social com três dimensões predominantes (volume das diversas formas de capital, respectiva estrutura, trajectória social), em que os capitais podem ser de vários tipos (económico, cultural, social), e com as dimensões secundárias de relevância variável, tais como a idade, o sexo ou a localização geográfica. Neste contexto, incluem-se também as que se baseiam em distribuições tridimensionais de recursos nas relações de produção: recursos económicos (meios de produção), recursos organizacionais (autoridade hierárquica, enquadramento) e recursos de qualificação (diplomas, competências profissionais) ¹¹. Questiona-se a pertinência analítica e operatória deste conceito, tendo em conta as suas dimensões básicas, e já referenciadas, das lógicas de racionalidade económica insitas ao grupo cigano, bem como a distribuição de tais propriedades e a sua importância/(des)valorização no seio deste grupo social. Importa interrogar em que medida os sujeitos sociais de etnia cigana têm

⁹ João Ferreira de Almeida et al. — Art. cit., 1988, p. 13.

¹⁰ João Ferreira de Almeida et al. — "Famílias, estudantes e universidade", *Sociologia Problemas e Práticas*, 4, 1988, pp. 11-44; "Estudantes e amigos — trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social* (105-106), Vol. XXV, 1990, pp. 193-221.

¹¹ Idem, *ibidem*.

"consciência social" de pertença de classe no contexto global da sociedade portuguesa. Obviamente que as diferenciações e distintividades intra grupo e inter grupos são conscientizadas, mas relativamente à estratificação em classes no contexto da sociedade portuguesa e aos sentimentos de pertença, pode-se colocar algumas reservas. Não interessa aqui identificar a localização na estrutura de classes dos elementos do grupo étnico, mas antes importa saber de que "modo a pertença a determinado grupo étnico vai condicionar as possibilidades de mercado dos seus membros, tornando certas localizações de classe mais prováveis do que outras" ¹². A análise da composição social do grupo étnico cigano remete em particular para a análise dos processos de mobilidade social e para as trajectórias sociais dos seus membros. A este propósito, referencie-se ainda que a "abordagem do social constituído e do emergente é frequentemente desfocada pela "naturalização" da realidade e pela "essencialização" das conceptualizações, e tanto mais quanto menos posse se tem ou menos uso crítico parece fazer-se do património sociológico" ¹³. A este propósito, e a dado passo, António Teixeira Fernandes acrescenta que a "investigação sociológica está também demasiado habituada a trabalhar com abordagens essencialistas, por mais que se diga recusar o essencialismo. Tal habituação orienta-a mais para o constituído do que para o constituinte, mais para o considerado existente do que para o emergente. (...). A inércia da prática recusa o inabitual. Concepções como classe social, grupo, trabalho, empresa, família, para referir apenas algumas, poderiam servir de exemplificação. Noções, entre outras, de underclass, de ghetto e de ideologia são, por vezes, veementemente postas de lado por certos autores, na medida em que se tem dificuldades em encontrar a sua correspondência "natural" e "real" nas sociedades. Desenvolvem-se aqui fenómenos que são efeito de redução teórica ou fenoménica, quase sempre as duas coisas" ¹⁴.

Enquadrando a observação orientada para o campo empírico, alguns autores falam na emergência da etnicidade como clivagem social, facto que é favorecido pelo declínio relativo das clivagens de classe e pela saliência da etnicidade. Para D. Bell, uma das consequências das mudanças estruturais ocorridas nas sociedades industriais avançadas, ao longo das últimas décadas consistiu na "«institucionalização e normalização do conflito". A

¹² Fernando Luís Machado — Etnicidade em Portugal. Aproximação ao caso guineense, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, ISCTE, policopiado, 1991, p. 13.

¹³ António Teixeira Fernandes — "Alguns desafios teórico-metodológicos", *Sociologia* — Revista da Faculdade de Letras do Porto, Porto, Vol. VI, 1996, p. 193.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 209.

etnicidade toma-se então mais saliente porque, ao contrário das classes, "consegue combinar interesses com laços afectivos»" ¹⁵.

A priori, parece que no quadro da estrutura social do grupo étnico cigano, a etnicidade assume-se como uma clivagem social mais saliente do que a das classes sociais, embora as desigualdades sociais neste contexto em análise sejam uma dimensão a reter.

Situando-se a análise ainda no plano do contraste social, Fernando Luís Machado salienta que nas minorias - indiana, moçambicana, angolana e guineense - não há "uma incidência comparativamente maior de condições de habitação degradadas do que na população portuguesa, nem se verifica zonas de residência predominantemente étnicas" ¹⁶, embora seja verdade que a comunidade cabo-verdiana em Portugal experiencie com maior acuidade condições de habitação degradadas e níveis elevados de concentração residencial.

No que concerne ao grupo étnico cigano, não dispomos de dados sociográficos suficientemente exaustivos e elucidativos quanto a este e outros aspectos. No entanto, e alguns dados empíricos disponíveis relativos a alguns grupos fixados na região Norte do país ¹⁷, permitem-nos afirmar que a situação residencial é hipoteticamente comparável em certa medida à dos cabo-verdianos, ainda que por razões diversas. Com efeito, o alojamento que prevalece no grupo étnico cigano é a habitação tipo barraca, o que revela uma certa precariedade das condições de habitabilidade que caracterizam alguns núcleos fixados em concelhos como Valongo, Paços de Ferreira, Matosinhos, Gondomar, Vila Nova de Gaia, Santo Tirso, Amarante e Paredes. De longe, encontram-se as "unidades móveis" — as tendas e as *roidottes*, alojamento característico dos ciganos não sedentarizados, sobretudo nos concelhos de Penafiel, Felgueiras e Marco de Canavezes. Tendencialmente, e de forma progressiva, a sua sedentarização e fixação tem vindo a passar das casas abarracadas e unidades móveis, pelo realojamento em bairros sociais, onde se regista elevados níveis de concentração de efectivos e uma coabitação multiétnica, assim como alguns sinais de conflitualidade interétnica, em concelhos como Felgueiras, Amarante, Matosinhos, Porto, Braga, Póvoa do Varzim e Vila Nova de Gaia.

No plano das características culturais, e à semelhança do que acontece com a minoria indiana que se situa numa posição de máximo contraste no

¹⁵ D. Bell citado por Fernando Luís Machado — Op. cit., 1991, p. 38.

¹⁶ Idem, art. cit, 1992, p. 126.

¹⁷ V. Maria Manuela Mendes — *Levantamento exploratório de algumas comunidades ciganas fixadas na Região Norte*, Porto, REAPN, 1995.

contexto da sociedade portuguesa, também os ciganos parecem prefigurar um posicionamento de forte contraste. Relativamente aos indianos, F. Luís Machado¹⁸ afirma que estes se demarcam dos portugueses e das restantes minorias pela "filiação religiosa", pela utilização de línguas próprias, por uma endogamia mais acentuada, e também por alguns aspectos constituintes do seu modo de vida, de entre os quais, se destaca a intensidade da sociabilidade intra-étnica. Estes aspectos podem ser retomados a propósito do grupo étnico cigano, até porque as suas origens histórico-geográficas remontam à Índia¹⁹. A este respeito, o caso do grupo étnico cigano evidencia uma maior permeabilidade face ao exterior, detectável principalmente ao nível da "filiação religiosa"²⁰, e da língua²¹ — utilizada como veículo de comunicação recorrente entre ciganos apenas em situações específicas, e com maior frequência apenas entre os mais velhos do grupo. De forma genérica, pode-se dizer que os seus modos de vida e a estruturação social interna do grupo, que assenta na família extensa, são traços culturais de forte contraste em relação à cultura maioritária. A família surge aqui como elemento-base de integração comunitária. As unidades familiares são extendidas, por vezes surgem famílias com mais de um núcleo, o que nos revela a conservação de uma forma de organização familiar tradicional. Tal fica-se a dever ao facto

¹⁸ Fernando Luís Machado — Art. cit, 1992.

¹⁹ Hoje em dia, é inequívoca a matriz indo europeia dos ciganos, segundo A. Coelho, este grupo é proveniente da Índia, tendo-se espalhado pelo Ocidente na sequência de uma diáspora de origem controversa. Os ciganos apresentam uma organização social muito próxima da sua ascendência indiana, melhor dizendo, hindu, e, nesta medida, irreduzível à morfologia predominante na Europa. Sobre este assunto, v. Adolfo Coelho — *Os ciganos de Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1995, p. 16. Acrescente-se que em virtude dos trabalhos realizados pelos linguistas que se interessaram pelo estudo da língua do cigano foi possível identificar essa língua como o romano, pertencente a um grupo neo-indio, estreitamente relacionada "com línguas actuais como o "hindi", o "goujrathi" e o "cachemiri"". Sobre este assunto, v. Maria Helena C. Ortega — "Evolucion y contexto histórico de los gitanos españoles, in Teresa San Roman (compil.), *Entre la marginación y el racismo. Reflexiones sobre la vida de los gitanos*, Madrid, Alianza Editorial, 1994, p. 14.

²⁰ Embora a maioria dos entrevistados dos grupos empíricos sejam declaradamente evangélicos não existe, com efeito, uma homogeneidade nas pertenças ao nível das denominações religiosas. Foi possível discernir no conjunto em análise cinco ramificações da Igreja Evangélica — Igreja de Filadélfia, Igreja Maranathã, Igreja Karisma, Igreja Brasa e Congregação Cristã —, registando-se diferenciações segundo a proveniência geográfica. Os evangélicos do Bairro S. João de Deus integram-se de forma preponderante na Igreja de Filadélfia, e os de Espinho enquadram-se na Igreja Karisma.

²¹ O "romano" (adaptação de romani, rum ano, rum anho ou romano) é o termo pelo qual os ciganos entrevistados designam a sua língua, que corresponde segundo Adolfo Coelho ao "espanhol influenciado pelo português", a sua singularidade distingue-se assim, do falar cigano de outros países europeus. Cfr. Adolfo Coelho — Op. cit..

de os filhos varões se conservaram na ou junto à casa paternal por casamento; enquanto as filhas têm que partir para junto dos sogros; também, por falecimento de filho varão, a nora vem viver com os sogros, ou para uma habitação próxima da casa dos sogros²². Esta situação, deve-se também a regras de solidariedade que abrangem os parentes em dificuldades, o que nos permite interpretar a extensionalidade das unidades domésticas de tipo de família múltipla.

Para Fernando Luís Machado na zona de menor contraste cultural, "encontram-se angolanos, moçambicanos e santomenses, os quais não se distinguem significativamente da população portuguesa nem pela língua que falam, nem pela filiação religiosa, mas revelam já algum contraste nas práticas matrimoniais e nos modos de vida"²³. Os cabo-verdianos e os guineenses ocupam uma posição intermédia, na medida em que utilizam correntemente os respectivos crioulos como veículos de comunicação e ainda, no caso guineense, pela diferença ao nível da afiliação religiosa, com menor expressão numérica de católicos e maior de muçulmanos e animistas.

Em relação às características demográficas, as estruturas etárias são em geral muito jovens nos diversos grupos étnicos já referenciados, e no que toca em particular à etnia cigana, estima-se que as taxas de fecundidade sejam superiores à média da sociedade portuguesa²⁴.

Se em relação às minorias oriundas dos PALOP, não se pode dizer que aquelas vivenciam uma situação de "etnicidade forte" (convergência numa minoria de múltiplas dimensões de contraste cultural e social com a sociedade abrangente), na medida em que não se demarcam do "espaço envolvente simultaneamente pela condição social, características demográficas,

²² Esta forma de organização social aproxima-se em alguns aspectos do que ocorre nas comunidades indianas, v. a este propósito, BASTOS, Susana Trovão Pereira — "Espaço doméstico, espaço simbólico e identidade — um olhar sobre o viver indiano na cidade de Lisboa", in *Actas do Colóquio Viver n(a) Cidade*, Lisboa, Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil/Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, 1990, p. 21.

²³ Fernando Luís Machado — Art. cit, 1992, p. 126.

²⁴ O número de filhos era, outrora, proporcional à segurança económica, social e afectiva, assim como ao prestígio social, neste momento configura-se de certo modo "disfuncionar. Com efeito, uma família numerosa pode-se constituir em obstáculo, na medida em que gera dificuldades acrescidas ao nível da manutenção e satisfação das necessidades básicas. Hoje em dia, nota-se um declínio dessa tendência, nomeadamente nos casais com idades inferiores a 40 anos. Em regra, a tendência vai no sentido de não ultrapassar o limiar dos 8 filhos. Contudo, o número de filhos das famílias ciganas continua ainda, e de longe, a ser superior ao número de filhos das famílias não ciganas residentes em território nacional.

concentração espacial, língua, religião, endogamia e modos de vida, e, globalmente, pelos efeitos combinados de todas essas dimensões de contraste" ²⁵. Relativamente ao grupo étnico cigano, pode-se afirmar que este acumula em maior amplitude um conjunto de dimensões de contraste social e cultural em relação às outras minorias e à sociedade portuguesa em geral, situação hipoteticamente mais próxima dos indianos, embora os ciganos estejam longe de atingir os níveis de inserção social (conotado com o sucesso económico) destes últimos.

Considera-se que os membros do grupo étnico cigano se distinguem da sociedade abrangente simultaneamente pelos traços fisionómicos, pela língua e pela filiação religiosa, a que se adicionam valores específicos e práticas endogâmicas, sendo assim "exemplo de um quadro de socialização capaz de gerar e transmitir identidades fortes e duradouras, menos influenciáveis pelas variações de circunstâncias do que nos casos em que os contrastes culturais são menores" ²⁶. Neste contexto cultural específico, a família constitui no plano dos sistemas de disposições e preferências (duradouros) a dimensão mais valorizada. É possível enunciar outras, de complementar relevância, como o respeito pelos mais velhos, o cumprimento dos compromissos estabelecidos entre famílias, o respeito pelos mortos, o rigor associado aos rituais funerários, a fidelidade conjugal, o respeito pela criança, e a censura ao abandono dos filhos e à separação entre cônjuges. Acrescente-se a este elenco, a extrema importância atribuída à virgindade da mulher, o que se torna particularmente manifesto nos rituais do casamento pela tradição. Todos estes elementos culturais permitem compreender a centralidade da instituição familiar, enquanto valor moral por excelência.

Outra das dimensões de contraste social situa-se no domínio das desigualdades sociais, considerando F. Luís Machado que em Portugal é menor o "peso das minorias étnicas no conjunto das categorias sociais que têm uma condição social desprivilegiada". Embora a percentagem de membros de minorias étnicas seja elevada, e até mais elevada, em média, do que para o conjunto da população portuguesa, já a percentagem de elementos das minorias étnicas entre os pobres é muito pequena" ²⁷, exceptua-se o caso dos ciganos e de grande parte dos cabo-verdianos.

A transversalidade do fenómeno da exclusão social no que concerne aos grupos étnicos, introduz outra dimensão nuclear para esta pesquisa.

²⁵ Fernando Luís Machado — Art. cit, 1992, p. 126.

²⁶ Fernando Luís Machado — op. cit., 1991, p. 23.

²⁷ Idem, art. cit., 1992, pp. 128-9.

A pertença a grupos étnicos aparece associada frequentemente a uma "condição social desprivilegiada, a um padrão de comportamentos e valores contrastantes com a cultura envolvente" ²⁸. Em síntese, falar de "etnicidade é, genericamente, falar da relevância que a pertença a determinados grupos étnicos pode adquirir no plano das desigualdades sociais, das identidades culturais e das formas de acção colectiva" ²⁹.

Particularizando a relação entre a etnicidade e a exclusão social, importa referenciar esta análise aos grupos étnicos com presença na sociedade portuguesa.

De facto, em Portugal, cerca de 15% dos indivíduos que vivem em situação de pobreza em meios urbanos, são membros de minorias étnicas ³⁰. Estes indivíduos, inserem-se profissionalmente nos segmentos instáveis e periféricos do mercado de trabalho, ficando numa situação de marginalização relativamente aos recursos que o Estado distribui.

De uma forma geral, esta população sofre de inúmeras dificuldades de integração, dado o seu baixo nível de formação escolar e de qualificação profissional, daí encontrar-se numa situação de assalariamento em profissões mal remuneradas, revestindo por vezes formas de trabalho oculto e/ou de economia paralela. Existe, ainda, um elevado número de situações de clandestinidade legal e laboral, o que constitui nesta categoria um factor complementar de vulnerabilidade. Na relação que estabelecem com o mercado de trabalho, F. Luís Machado sublinha que "uma grande parte dos membros das minorias étnicas tem hoje uma posição semi-marginal face ao sistema de emprego, uma vez que está inserida nos seus segmentos mais precários e instabilizados, sendo diminuta a sua presença nos sectores industriais garantidos. No entanto, este não se constitui, de facto, como elemento de contraste, já que as minorias étnicas são também uma minoria relativamente à parte da sociedade portuguesa que têm idêntica posição na esfera produtiva"³¹. Assim sendo, o prolongamento desta situação provoca a reprodução geracional do estatuto de desprivilegiado. Por outro lado, o insucesso escolar — que não é mais que um sintoma e confirmação de situações de exclusão económica e sócio-cultural —, bem como o abandono precoce do sistema de ensino, assumem uma maior acuidade no que se refere às minorias étnicas. Acrescente-se a falta de motivação participativa em actividades

²⁸ Idem, ibidem, p. 123.

²⁹ Idem, ibidem.

³⁰ V. o que a este respeito diz João Ferreira de Almeida et al. — *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Ed., 1992.

³¹ Fernando Luís Machado — Art. cit, 1992, p. 129.

associativas, sindicais e ao nível da participação propriamente política, porque "entendida como de difícil acesso, mas ainda porque aparece como questão própria de outras classes. Em todos os casos, a participação existente é passiva e dependente. A exclusão social gera naturalmente a auto-exclusão política"³². Para A. Teixeira Fernandes, a exclusão está em estreita relação com a questão da cidadania, ou seja, a situação de "excluído" não pode ser dissociada da ausência de direitos que foram já apropriados pela maioria das pessoas integradas na sociedade. O não exercício de cidadania traduz-se na carência de direitos sociais e políticos e na acumulação de desvantagens não só ao nível das estruturas económica e social, mas também do poder, o que torna mais difícil a superação de tal situação.

Ainda a este propósito, não se pode deixar na penumbra a importância de dois mecanismos que contribuem para a reprodução das situações de exclusão neste grupo: o défice de escolarização e a inserção na economia informal. O défice de escolarização é um mecanismo gerador de pobreza e de vulnerabilidade à pobreza, tanto para os jovens que procuram uma entrada no mercado de trabalho, como para aqueles que a procurarão a curto e a médio prazo. Trata-se, de facto, de um forte mecanismo de reprodução continuada de situações tradicionais de pobreza. Assim sendo, prevê-se que os jovens de baixas qualificações à procura do primeiro emprego, no futuro, venham a conhecer situações duradouras de pobreza.

Um dos processos que mais estreitamente está associado aos trajectos de mobilidade social na sociedade portuguesa contemporânea diz respeito ao rápido aumento dos níveis de escolaridade³³. Tal processo está longe de ter tido repercussões idênticas no grupo étnico cigano, registando-se perfis escolares e socioprofissionais contrastantes, acentuando-se e reproduzindo-se as desigualdades e os factores de contraste entre os ciganos e a sociedade em geral. Os ciganos, na sua grande parte, caracterizam-se pela convergência de múltiplos factores de exclusão social. Adicione-se a esta situação o contraste social e cultural que lhe é ínsito; este cenário dificulta a fuga, a médio e longo prazo, de uma posição de subalternidade e de marginalização social, aproximando-se assim de uma posição mais polarizada face a outros sectores da sociedade portuguesa. Em relação aos jovens, ante vêem-se poucas

³² António Teixeira Fernandes — "Formas e mecanismos de exclusão social", *Sociologia* — Revista da Faculdade de Letras do Porto, I Série, Vol. I, 1991, pp. 40-1.

³³ Este, constitui um traço marcante da evolução da nossa sociedade ao longo das duas últimas décadas. V. a este propósito João Ferreira Almeida de et al. — "A recomposição socio-profissional e os novos protagonismos, in António Reis (coord.), *Portugal 20 anos de Democracia*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1993.

perspectivas de avanço pessoal, dadas as insuficientes credenciais escolares e profissionais. Sem perspectivas de ascensão social, são escassas as possibilidades de quebra deste ciclo vicioso de marginalização e segregação para as gerações mais jovens e vindouras, admitindo-se a reprodução neste grupo de posições sociais desfavorecidas.

A vida humana reveste-se de uma multiplicidade de dimensões e o fracasso ocorrido num sector afecta os demais. Há um multiplicador social de insucessos, que conduz à exclusão social. Esta abrange não só as relações sociais, como as representações que lhes são próprias". Assim, no contexto das sociedades pluri-culturais, o fenómeno da exclusão social pode assumir múltiplas facetas. Nestas, como em todas as sociedades produzem-se formas de exclusão e "as pessoas são afastadas da esfera dos bens e dos privilégios económicos, do mundo dos valores, da escolaridade normal e de um meio familiar condigno. Para além das modalidades mais correntes que configuram situações de exclusão social como sejam a pobreza e a miséria, é de atentar a outras formas, como a de etnicização. Insere-se esta discussão no campo das relações humanas, em que intervêm "sentimentos de atracção e de repulsa em função das afinidades existentes e das electividades. Procura-se a semelhança de valores e atitudes e a semelhança é uma função da proximidade sócio-cultural" ³⁴. A rejeição, a fuga à relação, ou dito de outro modo, o "grau mais extremo de distanciamento que se cria consiste em negar «ao outro as qualidades que se sentem como propriamente humanas». A relação perde todo o seu sentido, tornando-se «uma não relação», em que cada um aparece para o outro como um estranho. A diferenciação das relações é assim construída a partir das semelhanças próprias de um tipo de homem (semelhanças específicas), das semelhanças características de um único grupo (semelhanças singulares) e das semelhanças extensivas a toda a humanidade (semelhanças universais). As pessoas distanciam-se, então, entre si, formando espaços sócio-culturais apropriados, onde os intercâmbios internos são fortes e o relacionamento exterior reduzido." ³⁵

Em consequência, a formação das identidades étnicas pode ser perspectivada como parte de um processo de racização e de etnicização em que as categorias de raça e etnia são explicitamente invocadas para legitimar projectos de inclusão, exclusão, discriminação, inferiorização, exploração, "agressão" verbal ou até mesmo violência física.

À racização, etnicização e exclusão, acrescente-se o fenómeno do racismo, que com frequência surge associado à presença de grupos étnicos

³⁴ António Teixeira Fernandes — Art. cit., 1995, p. 19.

³⁵ Idem, *ibidem*, pp. 19-20.

no contexto das sociedades multiculturais. O racismo reporta-se ao universo simbólico de comportamentos e valores. A este domínio são referenciáveis três níveis de análise: o preconceito, enquanto sistema de atitudes e disposições, a segregação social e a discriminação racial, que remetem para as práticas de exclusão e para aspectos de ordem contextuai.

Os preconceitos de ordem racial e étnica geram efeitos específicos ao nível da conservação da distância social "entre o "Nós" e o "Outro". As atitudes preconceituosas e os eventuais actos de discriminação demarcam, nestas circunstâncias, um patamar abaixo do qual não se pode cair, de modo a evitar qualquer identificação com aqueles que ocupam as mais baixas entre todas as posições sociais ³⁶. Neste contexto, é possível articular o preconceito com a discriminação, na medida em que uma das partes tem interesse em "estabelecer uma determinação em relação a uma outra que justifique, por antecipação, esta discriminação. Por seu turno, a discriminação tem por consequência que a outra parte reage, efectivamente, segundo as características que lhe são atribuídas" ³⁷. Com efeito, os preconceitos raciais e étnicos actuam como uma espécie de barreira interiorizada, que estabelece os limites e as regras da relação interétnica. Quando os conteúdos desse "olhar *a priori*" se reconvertem em atributos hereditários do grupo, sendo aplicados de forma indiscriminada aos seus membros, traduzem-se, concretamente, em manifestações de racismo, dada a sua generalização e a incapacidade de aceitar a sua falsificabilidade, uma vez que radica em critérios absolutos (as "heranças" biológicas). Como bem refere M. Wieviorka, o racismo constrói por vezes, a imagem da diferença racial para melhor excluir os excluídos ou os oprimidos. Para o autor, o racismo emerge de forma tanto mais virulenta quando a etnicidade assume a forma de fechamento ou de recuo identitário, a partir daí, verifica-se a propagação de um racismo com base na definição do "Outro" através da sua raça, facto que não se dissocia do contraste cultural e do fenómeno da exclusão social ³⁸. Perante o estranho, o diferente, ou seja, o "estrangeiro" referenciado em G. Simmel ³⁹, tende-se a acentuar especialmente aquilo que não é comum, enquanto que os elementos comuns assumem um carácter mais geral e irrelevante, e deste modo, se produz o distanciamento. Assim sendo, pode dizer-se que o racismo associa

³⁶ Parsons citado por Fernando Luís Machado — Op. cit., pp. 30-1.

³⁷ J. C. Deschamps et al. — Op. cit., p. 24.

³⁸ Michel Wieviorka — *A democracia à prova. Nacionalismo, popiãismo e etni cidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1995, pp. 166-8.

³⁹ G. Simmel — "Digresión sobre el extranjero", in *Sociologia* 2, Madrid, Alianza Ed., 1986, pp. 720-1.

dois princípios: o da inferioridade e o da diferença. A inferiorização corresponde a processos sociais que visam colocar o "Outro" numa posição de discriminado ou de dominado. A diferenciação deriva de referências identitárias, comunitárias ou culturais, ela rejeita, exclui ou apela à destruição do "Outro". Hoje em dia, Wieviorka reconsidera que a produção do racismo corresponde maioritariamente a uma espécie de combinação das duas modalidades, evidencia-se a diferença cultural porque mais fácil de estabelecer/legitimar (os contrastes culturais) do que a inferioridade, porque difícil de impor quanto mais próximo estiver socialmente o "Outro" ⁴⁰.

Étienne Balibar⁴¹ perspectiva o racismo como um fenómeno específico da modernidade, elaborado a partir do Colonialismo, dos conflitos religiosos, e dos antagonismos ao nível das relações sociais; tal significa que a relação não pode ser evitada, ou seja, que os grupos que se opõem entre si pertencem a um só e mesmo espaço social. Em consequência, o "Outro" não é exterior mas interior, esta "interioridade" pode manifestar-se na forma de repulsão e/ou de exclusão.

John Salomos e Les Back ⁴², ao focalizarem o seu olhar nos racismos contemporâneos, evidenciam por um lado, a necessidade de os recolocar e de os ressituar ao nível das suas manifestações locais e contextuais, por outro, de os referenciar às manifestações de dimensão mais abrangente, ao nível do discurso público e nacional.

Na abordagem ao fenómeno do racismo importa retomar a ideia de espaço social que é conferido às identidades étnicas, particularistas, regionalistas, etc, e à sua negociação no contexto da sociedade abrangente. A este respeito, Wieviorka⁴³ afirma que na actualidade os problemas decorrentes da presença de minorias sociais e de grupos étnicos em sociedades onde a cultura se fracciona, ou seja, em contextos pluri ou multiculturais, leva-nos a equacionar não se a cultura hoje em dia é plural ou não, porque de facto é-o ainda, apesar de pairar sobre as culturas particulares o espectro tentacular da cultura e comunicação de massas, mas antes, questionar o lugar que "podem ocupar as culturas e as identidades minoritárias no espaço público, sobretudo quando a sua experiência vivida é indissociável da domi-

⁴⁰ Cfr. Michel Wieviorka et al. — *La France raciste*, Paris, Ed. du Seuil, 1992.

⁴² Étienne Balibar — "Racisme et nationalisme: une logique de l'excès", in WIEVIORKA, Michel (org.), *Racisme e modernité*, Paris, Ed. la découverte, 1993.

⁴³ John Salomos and Les Back — *Racisme and society*, London, Macmillan Presse, 1996.

⁴⁴ Michel Wieviorka — Op. cit., 1995.

nação ou da rejeição social, da discriminação" ⁴⁴, ou da indiferença, que é expressão de não-reconhecimento, de desprezo, e em última instância, de negação da humanidade. Na mesma linha de argumentação, M. Oriol ⁴⁵ refere que a consolidação do racismo, enquanto prática coerente e generalizada, só é possível por via da legitimação ideológica que se inscreve mais ou menos claramente nos dispositivos e instituições jurídicas e administrativas.

É a partir dessa complexidade que se procurará neste texto efectuar algumas incursões analíticas, focalizadas na abordagem aos processos de recomposição socioprofissional do grupo étnico cigano, e à percepção de racismos por parte do grupo étnico cigano no contexto da sociedade portuguesa, análise alicerçada em elementos de fundamentação empírica.

A opção metodológica centrou-se na hipotética exemplaridade analítica de duas áreas de inserção sócio-espacial do grupo — o concelho de Espinho (nomeadamente, as freguesias de Espinho, Anta e Silvalde) e o Bairro S. João de Deus (situado na freguesia de Campanhã, concelho do Porto)⁴⁶.

Ao nível das opções técnicas, optou-se pela utilização de entrevistas biográficas de carácter semi-directivo aos membros dos dois grupos sócio-espaciais, bem como pela observação (ainda que pouco) participante.

2. Etnicidade cigana e exclusão social: dos contornos teóricos à empiria

2.1. Principais meios de vida e perfis profissionais dominantes

Tendencialmente, ao olharmos para o grupo étnico cigano, tende-se a captar ao nível das práticas económicas exercidas pelo grupo uma espécie de homogeneidade, concebendo-se tais práticas como tradicionais, inadaptadas, desvalorizadas e marginais.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 198.

⁴⁵ Michel Oriol — "Perspectives du pluralisme", *Révue Européenne des Migrations Internationales*, Vol 4, n.º 1 e 2, 1988, p. 6.

⁴⁶ Um conhecimento prévio, ainda que mais "impressionista" que cientificamente testado, fundamentou aquela escolha. Ao incidir a análise em dois contextos sócio-espaciais distintos, tentou-se assim, garantir uma heterogeneidade de fontes de opinião, capaz de obviar possíveis distorções resultantes da concentração espacial da observação e cair numa análise do que poderia ser exoticamente e não cientificamente relevante. Por outro lado, pareceu ser relevante determinar dentro daqueles dois subconjuntos o peso relativo das famílias e indivíduos que conseguem uma "relativa" integração económica e social, materializada em trajectórias de vida de mobilidade ascendente.

A esta visão, irá contrapor-se um "outro olhar", que irá captar o dinamismo, a iniciativa, a inovação e a maleabilidade que caracteriza o exercício das actividades económicas exercidas pelos ciganos em circunstâncias marcadas por uma insegurança permanente e por um tratamento discriminatório secular.

Na análise da situação sócio-económica dos grupos localizados nas duas unidades territoriais, ressaltam algumas singularidades. Evidenciam-se casos de menores de 16 anos que trabalham no comércio ambulante, bem como de idosos que recebem uma pensão social, embora o seu meio de vida preponderante continue a ser o exercício de uma actividade profissional.

Nos grupos empíricos, todos os activos exercem actividades por conta própria, e simultaneamente carecem de protecção social, posicionando-se no mercado informal de trabalho. Na sua grande parte, dedicam-se ao comércio ambulante, actividade que possibilita a colaboração simultânea no seu desempenho de vários membros do grupo doméstico. Assim sendo, e como refere F. Luís Machado a propósito dos emigrantes africanos residentes no nosso país, também os ciganos trabalham "sem rede, digamos assim, sem segurança social, mas isso pode permitir acumular mais depressa um determinado montante de dinheiro" ⁴⁷.

QUADRO I — Principal meio de vida por área geográfica

Principal Meio de Vida	Bairro S. João de Deus	Espinho	Total
Trabalho	11	11	22
Trabalho e a cargo da família	1	2	3
Somente a cargo da família	6	5	11
Pensão	1	1	2
Trabalho e pensão	3	—	3
Total	22	19	41

Como evidenciam os entrevistados, trata-se de uma actividade nem sempre rentável, fortemente marcada pela sazonalidade, nomeadamente das datas festivas (Natal, Ano Novo e Páscoa) e das férias de Verão, alturas de maior ocupação, e por períodos de menor actividade, muito depen-

⁴⁷ Fernando Luís Machado ■ "As Noites de Sociologia", *Sociologia Problemas e Práticas*, 15, 1995, p. 178.

dente das condições atmosféricas e da obtenção de espaços devidamente licenciados nas feiras. O trabalho na feira implica, por vezes, a aplicação de capital num "bom lote" (grandes quantidades de produto e a baixo preço), o que gera algumas dificuldades, na medida em que não podem obter crédito junto das instituições bancárias, as alternativas residem muitas vezes na solidariedade familiar. Como será fácil depreender, são actividades profissionais mal remuneradas, a que acresce o facto do rendimento não ser fixo. As despesas remetem para a subsistência quotidiana e fazem-se em função do que se ganhou no "dia anterior", por isso, nunca são projectadas a médio e a longo prazo.

As especificidades que envolvem esta actividade profissional colocam constrangimentos vários, levando alguns membros do grupo a recorrer por vezes (de forma complementar ou não) a outras estratégias de sobrevivência. A subsistência económica do grupo doméstico é, nalguns casos, possível pelo pedido de subsídio de apoio a actividades económicas independentes junto da Segurança Social, ou por via da realização de actividades consideradas ilegais e socialmente não legítimas — desde o comércio à margem da lei de relógios e de armas, até à venda de loureiro por haxixe e ao tráfico de drogas. Estas estratégias indiciam alguma "agilidade" e adaptabilidade do grupo com base num conhecimento consolidado acerca do funcionamento de economias "subterrâneas" e à margem, num contexto sócio-económico e cultural em mudança. Os quotidianos são marcados pelo imediatismo (estratégia de adaptação em contextos desfavoráveis), dada a insegurança e a imprevisibilidade económica que marca o presente.

Insatisfação e dificuldades sentidas face às práticas económicas exercidas no âmbito do comércio ambulante

"Devíamos ter alguém que nos apoiasse financeiramente, percebe! Como por exemplo, os agricultores têm créditos, têm aquilo... a gente não tem nada disso. (...) E devia de ter algumas garantias, por exemplo, hoje, aparece-me um lote de 1000 contos, e não tenho dinheiro para comprar, como é que eu faço? Se tivesse um banco, recebia emprestado e pagava. Ando com um carro podre, e queria andar com um carro bom, se tivesse um banco que me financiasse. Precisávamos disso, acho que somos portugueses, e os direitos são iguais para todos.⁵⁷ (Masc, 34 anos, feirante, residente no Bairro S. João de Deus)

¹¹ *Não dá nada a feira, agora. Até pouco ganho para comer. A feira já foi melhor. Isto, mudou para aí há uns 3 anos. Porque eu até para os princípios estava bem de vida, eu ganhava bem. Eu não sei o que é isto? Não sei ! Ou, é por causa do novo Governo que entrou ? Não sei bem! Não se faz nada ! O trabalho de cigano é assim, está a compreender ? Gostar, gostava (de mudar de actividade profissional), mas o trabalho de cigano é assim. Se eu mudasse de trabalho, eles falavam logo." (Fem., 29 anos, feirante, residente em Espinho)*

Os adolescentes e os jovens adultos, ainda solteiros, ou recém-casados mantêm um elevado índice de dependência em relação ao grupo doméstico, principalmente no Bairro S. João de Deus, contudo, não se recenseou qualquer jovem entrevistado como estando na situação de estudante. De ressaltar, a reduzida expressão de indivíduos que recebem apoios da segurança social. Recensearam-se apenas 5 indivíduos que recebem a pensão social, 3 dos quais complementam esta prestação com os rendimentos provenientes do comércio ambulante.

O acesso da mulher ao mercado de trabalho restringe-se apenas ao sector do comércio ambulante. O exercício da sua actividade profissional faz-se em conjugação com a do marido, num contexto também ele familiar, procurando-se assim uma solução para a superação de lacunas que o orçamento familiar possa apresentar ou no sentido de proporcionar um maior desafogo deste. A afirmação da capacidade produtiva da mulher na economia familiar, é um facto que se constata sobretudo no Bairro S. João de Deus, enquanto que em Espinho predominam as mulheres enquadradas na situação de "domésticos", que denunciam assim a sua maior dependência face ao agregado familiar.

Neste contexto, o conceito de trabalho socialmente construído pelo grupo étnico cigano deriva e é fortemente determinado pelas características da sua própria organização social, que se fundam na família extensa. É dentro do grupo parental que o indivíduo recebe a sua personalidade social, nela encontrará a satisfação das suas necessidades físicas, afectivas, de defesa e de cooperação. Com efeito, é a partir da sua pertença a um grupo parental que o indivíduo estabelecerá relações sociais com outros membros do seu grupo ou de outros grupos parentais. A família extensa constitui uma unidade de cooperação, em que os membros masculinos e também femininos de gerações diferentes trabalham juntos e o rendimento final pertence ao pai,

que o divide entre os seus filhos segundo as necessidades de cada um, guardando para si o que sobra dos lucros.

O trabalho é concebido mais como uma necessidade de sobrevivência e de reconhecimento do grupo do que como fim em si mesmo, para além das motivações económicas (enquanto actividade cujo rendimento tem valor de troca no mercado), descortinam-se razões de ordem social (factor de reconhecimento e de identidade no seu grupo). O trabalho não é um valor ou um aspecto da vida em que se pode obter realização pessoal, mas uma condição indispensável à sobrevivência quotidiana. O trabalho deve deixar disponibilidade ao homem no sentido de ele dispor do seu tempo, para se ocupar dos seus assuntos sociais⁴⁸ e "fazer relações sociais" — visitar familiares ou algum doente, reunir-se com os amigos —, o que só é possível se existir independência económica, que é um dos elementos que marcam a identidade constitutiva do cigano, e na qual se baseia a preservação da sua identidade étnica.

Por isso mesmo, recusam alternativas que passam pelo exercício de actividades profissionais por conta de outrem, fazendo alusão às dificuldades que sentiriam a trabalhar nessas condições.

As actividades económicas só serão exercidas se permitirem ao indivíduo ser independente, ou seja, na medida em que possibilitem ao indivíduo o livre uso do seu próprio tempo.

Percepção subjectiva face à eventualidade de trabalhar como assalariado

"Não, não. Nem pensar. Um patrão, era demais para mim. Para patrão, basta eu. " (Masa, 36 anos, possui a 1.ª Classe, feirante, residente no Bairro S. João de Deus).

⁴⁸ J. Pierre Liégeois citado pelo Grupo PASS — *La Comunidad gitana dei Gran Bilbao*, Ed. Secretariado General Gitano, p. 61, sem mais referências.

"Está bem que se tivesse que ser era, mas, custava mais ter um mandante ali; depois se a gente não faz direito, ele vai começar... custa muito para um cigano porque não aguenta, tem que responder, então, se responder é logo despedido, E tu por causa de ter medo de ser despedido não vais responder, e há muitas pessoas que até caem doentes por causa disso. Aguentou, aguentou, que o cérebro..'" (Masc, 19 anos, possui o Ensino Preparatório completo, feirante, residente no Bairro S. João de Deus)

"O cigano não dá muito para receber ordens de outros, gosta de andar pela sua própria cabeça, não gosta de andar a cumprir ordens, isso será o único motivo porque o cigano não se aventura para outros negócios e trabalhos." (Masc>, 22 anos, possui o Ensino Primário completo, feirante, residente em Ovar)

"Temos uma profissão que está quase enraizada na nossa vida - ser vendedor, porque é uma profissão em que se não dá satisfações a ninguém, numa palavra, liberdade. Isso, está no sangue." (Masc, 56 anos, possui o Antigo 5.º Ano, vendedor no domicílio do cliente, residente em Espinho)

Desde muito cedo, a criança é envolvida no processo de sustento familiar (quando atinge o limiar etário que vai dos 10 aos 12 anos), ajudando os pais na feira, principalmente os rapazes, em contrapartida, as raparigas têm ao seu cuidado a execução das tarefas domésticas e a guarda dos irmãos mais novos, facto que se assume como uma condicionante, pois, regra geral, as famílias são numerosas. Não se trata aqui de "trabalho infantil" ou de práticas de "exploração de menores", trata-se outrossim de uma colaboração entre as várias gerações, em que as crianças participam nos trabalhos dos pais e avós. É nesta dinâmica de cooperação, que os pais organizam as actividades, com o propósito de proporcionarem aos seus filhos a aquisição de uma diversidade de competências - a responsabilidade, a autonomia, a adaptabilidade, a capacidade de negociar e de persuadir, em síntese, a capacidade de sobrevivência ⁴⁹.

A aprendizagem da actividade profissional não remete propriamente para a formação escolar e profissional, mas realiza-se, como era norma nas sociedades tradicionais, mediante a transmissão de conhecimentos e experiências de pais para filhos. Para a grande parte dos pais, basta que os seus filhos aprendam "a ler e a escrever", competências básicas e suficientes para o exercício das actividades profissionais tradicionalmente assumidas pelos membros do grupo. Nestas aprendizagens informais e não formais, feitas no quotidiano, em situações e contextos reais, prioriza-se valores e qualidades que contribuem para a manutenção e preservação da identidade do grupo,

⁴⁹ J. P. Liégeois — *A escolarização das crianças ciganas e viajantes* — Relatório da Comissão das Comunidades Europeias, Luxemburgo, Ed. C.E.E., 1987.

bem como aquelas que permitem a adaptabilidade e a independência do sujeito face ao "ambiente social estranho" ao grupo étnico cigano. Deste modo, se produz e reproduz nas novas gerações disposições e predisposições para o exercício de actividades profissionais que melhor se coadunem com o seu sistema de valores e modo de vida.

2.2. Lentas diferenciações intergeracionais na estrutura socioprofissional

Ao analisar os processos de recomposição social ao longo das duas últimas gerações, nomeadamente ao nível da composição socioprofissional, observa-se que as mutações ocorridas na matriz intergeracional não nos permite concluir sobre a visibilidade e a notoriedade das alterações nos destinos sociais e das famílias dos entrevistados, na medida em que o leque das profissões exercidas ainda se confina à categoria socioprofissional dos "trabalhadores não qualificados do comércio" (vendedor ambulante). No entanto, uma análise mais atenta dos depoimentos dos entrevistados, permitiu detectar ligeiros e circunscritos processos de recomposição social ao nível da estrutura socioprofissional intergerações.

Do modo de vida caracteristicamente nómada que durante séculos se identificou com este grupo étnico, forjaram-se ofícios tradicionais como a cestaria e o comércio de gado (actividades mais desenvolvidas pelos ciganos portugueses), constituindo produtos e serviços que tinham valor de troca numa sociedade eminentemente rural. Na verdade, a actividade económica dos ciganos sempre teve um carácter periférico face ao mercado e economia formal. Porém, nos inícios do séc. XX, e nomeadamente nos anos 40/50, o crescente processo de industrialização e de urbanização, o recuo da produção artesanal e mais tarde do sector agrícola, a evolução das necessidades no universo do consumo, assim como os imperativos inerentes às lógicas da racionalidade económica, determinaram a sua sedentarização e a sua "readaptação profissional", uma vez que eram (e são) escassas as oportunidades e possibilidades de inserção em outros contextos profissionais. Actividades como a "venda de porta em porta", a "venda no domicílio do cliente", a venda na feira ou em mercados, e de forma mais restrita as artes do mundo do espectáculo são "ofícios adaptados", através dos quais os ciganos tentam subsistir social e economicamente. As suas actividades profissionais não constituem tanto uma profissão, mas mais actividades de sub-

sistência. As actividades profissionais dominantes no grupo étnico cigano integram-se na venda de bens e serviços a clientes não ciganos, sendo consideradas pela sociedade em geral, ora, como marginais, ora, como expedientes provisórios⁵⁰. Estes hábitos e predisposições para o comércio implicam deslocações constantes na procura de clientes, de fornecedores, de produtos e novas oportunidades de negócio. Daí, ser necessário uma espécie de liberdade económica (independência), que gera uma liberdade geográfica, indispensável à prospecção intensiva e por vezes, em locais distantes do seu *locus* de residência.

A aprendizagem das actividades económicas opera-se no contexto familiar, sendo uma das componentes da educação global do indivíduo. Assim sendo, cada "indivíduo possui um leque de competências que o tornam polivalente e, por isso, muito adaptável. É formado, desde a infância, por uma aprendizagem ao lado de seus pais; aprendizagem à diversidade e à mudança, e não de aquisições para o exercício de um único ofício. Segundo, o lugar, o momento e a ocasião, saberá inserir a sua prática económica nas circunstâncias económicas que a determinam"⁵¹.

O "vendedor de porta em porta" que vendia "cortes de fazendas", tapetes, pentes, entre outros artigos, distingue-se do vendedor no domicílio, que vende para revenda e em grandes quantidades ou a clientes habituais a título particular (enquanto processo de venda que passa por uma fase de demonstração dos produtos — tecidos, tapeçarias, antiguidades, louças —, a uma "carteira" clientes já conhecidos). Com efeito, a "venda porta a porta" é uma actividade com carácter "errante", associado a um modo de vida não (ou ainda "mal") sedentarizado ("o nomadismo"), caracterizando-se por intensas dinâmicas geográficas e deslocações que envolviam todo o agregado doméstico. Constitui, com efeito, um perfil social e profissional cuja presença está bem patente no universo colectivo simbólico dos entrevistados enquanto perfil profissional da geração dos pais e avós. Outrora, como actualmente o nomadismo era assimilado à vagabundagem, enquanto modo de existência "inquietante", "suspeito", vivenciado por indivíduos "parasitas" da sociedade. Contudo, não se detecta a sua presença na geração dos entrevistados, facto que poderá ser melhor intelegido se se atender, entre outros factores, ao processo de sedentarização, que ao nível profissional possibilitou uma certa estabilização da actividade económica do grupo, que passou a fazer-se

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 283.

segundo rotinas, assim como a ser regulada social e institucionalmente, passando a ter lugar em mercados e feiras, mediante, por um lado, a concessão de licenças por parte das autarquias locais e, por outro, o pagamento periódico por tal licenciamento.

Assinale-se que entre as duas gerações e independentemente do contexto geográfico em análise, assiste-se a um relativo, ainda que restrito, declínio dos profissionais pertencentes à categoria dos "trabalhadores não qualificados do comércio". Verifica-se assim, entre as duas gerações, uma redução ainda que pouco notória da percentagem de vendedores ambulantes (feirantes), que de pais para filhos cai de 26 para 24 efectivos, e um correlativo aumento dos domésticos e dos desempregados (englobados na categoria "outros"), situação que atinge na geração dos filhos, 10 indivíduos. Comparativamente aos pais, a segunda geração apresenta alguma diversidade ao nível das trajectórias sócio-profissionais.

QUADRO II — Mobilidade social no Bairro S. João de Deus e Espinho — Profissões exercidas

Profissões exercidas pelo Pai	Profissões do Ego (Filhos)							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
1 - Feirante e vendedor ambulante	17	—	—	—	1	—	8	26
2 - Vendedor no domicílio do cliente	—	2	—	1	—	1	2	6
3 - Vendedor de "porta em porta"	6	1	—	—	1	—	—	8
N. S.	1	—	—	—	—	—	—	1
Total	24	3	—	1	2	1	10	41

Legenda:	
1 - Feirante e vendedor ambulante	5 - Comerciante com estabelecimento
Vendedor no domicílio do cliente	6 - Responsável por "cobranças difíceis"
Vendedor de porta em porta	7 - Outros (domésticos, desempregados)
Músico	4 -

Registam-se, com efeito, alguns ligeiros fluxos de "mobilidade social" protagonizados pelo despontar de trajectos profissionais com inserção em categorias como: a do "pessoal de serviços e vendedores" — trata-se de comerciantes com o seu próprio estabelecimento comercial, assumindo a situação de "patrões" (2 entrevistados); a do "pessoal dos serviços directos não classificados em outra parte" — responsável pela segurança privada e por cobranças difíceis (1 entrevistado) e a categoria dos "profissionais de criação artística" — músico profissional (1 entrevistado). Configura-se genericamente uma tendência no sentido ascendente, com o exercício de profissões socialmente mais qualificadas, ainda que esse valor englobe um número restrito de efectivos (apenas 4 indivíduos). As condições de existência do grupo étnico cigano são, particularmente vulneráveis aos períodos de dificuldades económicas e de instabilidade social, o que tem propiciado o aparecimento de outras estratégias de sobrevivência sócio-económica, para além de confirmar o seu dinamismo e adaptabilidade secular às circunstâncias flutuantes.

QUADRO III — Mobilidade social no Bairro S. João de Deus
— Profissões exercidas

Profissões exercidas pelo Pai	Profissões do Ego (Filhos)							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
1 - Feirante e vendedor ambulante	10	—	—	—	1	—	5	16
2 - Vendedor no domicílio do cliente	—	—	—	—	—	—	—	—
3 - Vendedor de "porta em porta"	4	—	—	—	1	—	—	5
N. S.	1	—	—	—	—	—	—	1
Total	15	—	—	—	2	—	5	22

Legenda:

1 - Feirante e vendedor ambulante
 2 - Vendedor no domicílio do cliente
 3 - Vendedor de porta em porta
 4 - Músico
 5 - Comerciante com estabelecimento
 6 - Responsável por "cobranças difíceis"
 7 - Outros (domésticos, desempregados)

Se compararmos o perfil socioprofissional dos entrevistados do Bairro S. João de Deus com os de Espinho, em traços gerais, ressalta ao nível de uma análise intergeracional, que a profissão de vendedor ambulante teve e tem nas actuais gerações maior incidência no Bairro S. João de Deus (16 pais e 15 entrevistados) do que em Espinho (10 pais e 9 entrevistados).

O comércio ambulante é uma actividade exercida sobretudo em família, em que a mulher geralmente surge à frente das "bancas" apelando e cativando potenciais clientes. Com efeito, o exercício desta profissão pode constituir "uma solução para uma diversificação dos tempos e espaços de acção, afirmando por esta via a sua capacidade produtiva e participativa na economia familiar" ⁵². Essa tendência é mais notória nas entrevistadas do Bairro S. João de Deus e não tanto nas entrevistadas do concelho de Espinho. De uma forma geral, é uma prática profissional cujo exercício é influenciado pelo ciclo da vida em que a mulher se encontra, deste modo, ao cumprimento dos papéis de mãe e gestora da vida doméstica, a mulher pode conjugar o exercício de uma actividade económica, ainda que os motivos que a orientem se situem ao nível das necessidades de subsistência do grupo familiar.

Para além das diferenciações já registadas ao nível do perfil sócio-profissional dos entrevistados das duas unidades territoriais em análise, outro indício de distintividade é de assinalar. No Bairro S. João de Deus não se regista qualquer efectivo que declare ser vendedor no domicílio do cliente. Em contrapartida, esta é uma prática profissional relativamente corrente em Espinho, exercida quase de forma exclusiva pelos membros de uma das famílias que há mais tempo está sedentarizada em Espinho (pelo menos há 50 anos), sendo um tipo de actividade comercial já desenvolvida pelos pais, perspectivando-a os activos que a exercem como uma actividade socialmente mais qualificada que o "comércio ambulante"(feirante), actividade percebida como menos dotada de prestígio.

⁵² Maria João Freitas e Paula Castro — *Contributos para o estudo de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa*, Lisboa, Ed. LNEC/ GES, 1992, p. 114.

QUADRO IV — Mobilidade social Em Espinho —
Profissões exercidas

Profissões exercidas pelo Pai	Profissões do Ego (Filhos)							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
1 - Feirante e vendedor ambulante	7	—	—	—	—	—	3	10
2 - Vendedor no domicílio do cliente	—	2	—	1	—	1	2	6
3 - Vendedor de "porta em porta"	2	1	—	—	—	—	—	3
Total	9	3	—	1	—	1	5	19

Legenda:	
1 - Feirante e vendedor ambulante	5 - Comerciante com estabelecimento
2 - Vendedor no domicílio do cliente	6 - Responsável por "cobranças difíceis"
3 - Vendedor de porta em porta	7 - Outros (domésticos, desempregados)
4 - Músico	

No plano das aspirações profissionais "idealizadas", mas não concretizadas, nota-se uma maior descoincidência no conjunto dos entrevistados do Bairro S. João de Deus, — 14 entrevistados, enquanto que, em Espinho, esse valor ronda os 4 entrevistados. Os projectos profissionais idealizados orientam-se para profissões tão diversas como a de comerciante com estabelecimento próprio (4 entrevistados), mecânico auto (3 entrevistados), jogador de futebol (2 entrevistados), estilista (2 entrevistados), costureira (2 entrevistados), empregado de escritório (1 entrevistado), manequim e/ou cabeleireira (1 entrevistado), médica e pintor (1 entrevistada(o)). São na sua maioria os mais jovens que demonstram maior insatisfação ao nível profissional, contudo, esses projectos desvaneceram-se já, e vivem "sem projectos", dadas as condicionantes estruturais a que estão sujeitos e que determinam os destinos pessoais e familiares, em ordem à coesão e preservação da identidade social e étnica do grupo. O futuro consubstancia-se em perspectivas e contextos existenciais que se situam na confluência dos das gerações anteriores.

Projectos profissionais adiados

"Gostava de ser jogador de futebol profissional? Foi o sonho que eu sempre tive. Gostava de "dar espectáculo com a bola". O meu sonho era jogar no Sporting, e sou "portista ". Agora, não tenho nada, depois de ter feito 22 anos, perdi as esperanças... Casando, "tenho que fazer a minha vida"⁷. Viver com a minha mulher, ir para as feiras com ela. " (Masc, 22 anos, possui o Ensino Preparatório completo, sem profissão, residente no Bairro S. João de Deus)

"Gostava de trabalhar mima coisa em que eu "pesasse ", e em que eu tivesse ali influência, percebe? Agora, não é uma coisa do tipo que eu estava a fazer na Rede (instituição de solidariedade social), nada desse género, não! Uma coisa mais "pesada" (com mais responsabilidades). Sei lá! De escritório, de contabilidade, qualquer cena assim! Eu sei que para isso é preciso ter escolaridade, mas gostava de trabalhar nisso. Acho impossível, agora. Porque não tenho escolaridade." (Masc, 21 anos, possui o Ensino Preparatório completo, sem profissão, residente no Bairro S. João de Deus)

No caso das jovens, esse fenómeno é mais notório, não se antevendo possibilidades de estas virem a concretizar os projectos profissionais desejados, dadas as limitações e a forte auto-regulação de que são alvo ao nível das suas opções de vida.

Projectos profissionais não concretizados

"Gostava de estudar e trabalhar como toda a gente, e fazer tudo o que me apetecesse, tudo o que me desse na ideia, tudo o que quisesse eu fazia, e agora eu não estar — "vou fazer aquilo; ai, não vou fazer". Isto, custa muito, para mim, eu quero e não posso: eu quero fazer uma coisa e não fazer porque eu sou cigana. (...) Gostava de ser estilista. No meu pensamento, se eu não fosse cigana eu conseguia mesmo, e se eu tivesse algum sonho, como ser estilista, eu acho que eu conseguia. O futuro? E um futuro igual ao das outras pessoas como nós - casamos, cuidamos dos filhos, vamos a uma feira, é só. Casamos e pronto, ficamos, mais nada. (Fem., 16 anos, possui o Ensino Primário completo, sem profissão, residente em, Espinho)

"Gostava de ser cabeleireira ou modelo. Às vezes, faço penteados às minhas primas e às mais pequenas. E gostava de ser manequim para andar a viajar. Nunca poderei ter essas profissões." (Fem., 15 anos, possui a 3.ª Classe do Ensino Primário, sem profissão, residente no Bairro S. João de Deus)

"Gostava de costureira. Para o que eu estou a pensar agora... Porque para os ciganos nem todas as profissões são dignas, por exemplo modelos, cabeleireiros não é adequado para as ciganas. Não sei porquê, nem me pergunte porquê, porque eu não sei! Nem é uma questão de ser menos importante, mas acho que fica mal na vida de ciganos, não sei! Para a profissão que eu estou a pensar acho que é assim, fica mal! Nem todas as profissões fica bem. Agora, costureira é uma coisa normal, que é a coisa que eu posso ser. (...) Se me arranjassem aqui pertinho eu ia." (Fem., 17 anos, possui a 2.ª Classe do Ensino Primário, residente no Bairro S. João de Deus)

"Logo quando entrei na escola sempre disse que queria ser médica, e isso nunca me saiu da cabeça. Eu adorava ser médica. E o interesse, quando as pessoas entram num hospital dizem "ai que horror e não sei quê", eu adoro o cheirinho, eu adoro tudo, eu quando vou ao hospital, eu entro pelas salas adentro, eu aprecio aquelas coisas todas, eu adoro. (...). Para Janeiro, sou capaz de arranjar um trabalho. Dever ser assim costura — é assim uma coisa que eu não gosto — tem que ser aqui perto, na Areosa ou Rio Tinto. Sou eu e a minha cunhada, quando ela tiver o bebé, vamos tentar arranjar, já que não podemos fazer nada; se for com a minha cunhada o meu pai deixa-me, sozinha é que eu não posso ir." (Fem., 15 anos, possui o Ensino Preparatório completo, sem profissão, residente no Bairro S. João de Deus)

2.3. Percepção de racismo(s)

Em contextos de sociedades multiculturais, os grupos étnicos estão geralmente envolvidos em situações de conflitualidade, discriminação, exploração ou dominação. Com efeito, e uma vez que estão inseridos num sistema de livre mercado, posicionam-se em situações de não mobilidade social, justificadas e legitimadas pela dominação exercida pelos grupos e cultura maioritários. Antes de mais, e a este propósito, impõe-se alguma clarificação ao nível do quadro conceptual.

Parece necessário não confundir conceitos tão próximos e interligados como o de racismo, segregação e discriminação racial. Numa perspectiva histórica, Jack Solomos e Les Back ^{x3} evidenciam o racismo como uma prática de exclusão que pode assumir formas diversas. Neste sentido, é importante que se mantenha a distinção entre racismo, discriminação e segregação. Para Michel Wieviorka, as duas últimas são manifestações concretas de racismo. A segregação remete para práticas que colocam à distância e afastado o grupo racizado, reservando-lhe espaços próprios, mais ou menos restritos, enquanto que a discriminação impõe ao grupo racizado um tratamento diferenciado em diversos domínios da vida social, inferiorizando os modos e as formas segundo os quais ele participa. O racismo por seu turno, interactiva com processos sociais e políticos em ordem à produção de formas racializadas de desigualdade social. Na actualidade, os "racismos contemporâneos" tentam fixar os grupos sociais em termos de propriedades naturais de pertença independentemente dos contextos políticos e geográficos particulares. Os autores já mencionados registam a existência de um complexo espectro de racismos, preferindo-se, por isso, falar em *racismo no plural*.

Para A. Memmi⁵⁴, o racismo tem antes de mais um carácter extensivo, a generalização está implícita, assim como a tendência para a absolutização. O indivíduo deixa de ser uma "pessoa" com a sua individualidade para passar a ser considerado apenas como membro de um grupo social, o qual, *a priori*⁷, deve possuir as características negativas e a identidade negativa inerente ao grupo. As acusações referem-se quase sempre à totalidade dos membros do grupo, e qualquer um dos seus membros é sujeito e alvo do mesmo tipo de acusação. Por outro lado, refere o autor que a "acusação é ilimitada no tempo, nenhum acontecimento previsto virá, alguma vez, acabar com esse processo" ^{x5}, o que acaba por constituir-se em estereótipos. A partir destas imagens, acresce a distância e a recusa e os membros do grupo passam a ser percebidos como seres humanos que não se ajustam às normas sociais que todos devem ter, como "normais".

Descentrando o olhar ao campo empírico, interrogou-se a realidade e constatou-se que grande parte dos entrevistados, 37 indivíduos avaliam de forma negativa o contexto geral da sociedade portuguesa, no qual se registam atitudes e manifestações notórias de "racismos" dos não ciganos face aos ciganos. Acrescente-se a sua consideração de que na actualidade, principalmente de há 10 anos a esta parte, o fenómeno tem vindo a agudizar-se

⁵³ John Salomos e Les Back — Op. cit. .

⁵⁴ Albert Memmi — *O racismo*, Lisboa, Ed. Caminho, 1993.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 79.

fruto da associação constante dos ciganos ao tráfico de drogas, aspecto que persiste e tende a solidificar-se na "consciência colectiva" e que é reiterado de forma intensa pelos entrevistados do bairro S. João de Deus ("há bastante, há muito racismo" — 10 entrevistados), aspecto, por sua vez, não dissociável da amplificação dos processos de etiquetagem e estigmatização social veiculados pelos *media*.

Existência de "racismos" a nível macro-estrutural

"Há, há, e muito escondido. Existe bastante racismo em Portugal, mas escondido. E o cigano é um deles. O cigano, parece que não, mas é racista. Como disse anteriormente, derivado ao passado. Os portugueses dizem que não há racismo em Portugal, mas são racistas; no fundo, são; por dentro, são. Não mostram naquela altura, mas estão a falar com as pessoas com um pressentimento de ser racista, estão ali a falar porque é obrigatório, para que não haja problemas. Mas, com vontade de nem falar." (Masc, 36 anos, possui a 1.ª Classe do Ensino Primário, feirante, residente no Bairro S. João de Deus)

ⁱBem tratados? Forçados. Como é que eu hei-de dizer... Isto é, os ciganos são bem tratados, porque eles exigem que o sejam. Porque o cigano é assim, vamos supor, que entra dentro de um café, sentiu que o dono do café está a implicar ou não o quer, se ele tiver força ou se ele tiver apoio ele vai exigir do dono, em vez de se humilhar, não, vai alevantar e vai exigir que seja bem tratado. As pessoas para evitar problemas porque é cigano, talvez com medo, penso que é mesmo a palavra, então vão fazer o que eles querem, para evitar descatos e tal." (Masc, 41 anos, possui o Instrução Primária completa, comerciante, residente no Bairro S. João de Deus)

"Pronto, é a mesma coisa que se formos ao estrangeiro não somos tão bem aceites. Ou, você vai ao estrangeiro, não é tão bem aceite; ou vai procurar um emprego não lho dão tão facilmente. É a mesma coisa como aqui; um cigano é um estrangeiro, aqui. Embora, seja português, mas é. É o caso dos empregos, sei lá! Em tudo, não tem o mesmo valor. Nem se interessam por saber se têm ou não!" (Masc, 21 anos, possui o Ensino Preparatório completo, não tem profissão, residente no Bairro S. João de Deus)

"Porra, você fez-me uma pergunta, agora! Posso dizer-lhe que o que há mais em Portugal é racismo, não só para com os ciganos, também para com os negros e outros grupos minoritários. Só que tem vergonha de mostrar o racismo que tem, é um Estado e uma Nação, então até têm vergonha de dizer que são racistas, mas em Portugal há muito racismo, sem dúvida nenhuma, a nível policial, a nível do Governo, ao nível da empresa. Há um jornal em Portugal, que já não pus em tribunal muitas vezes porque eu digo assim : "se a pessoa que vem o nome dele, não se preocupa, porquê que eu me vou preocupar", mas já tive muita vontade de o fazer, que é o Jornal de Notícias. O JN diz 'foi apanhado um senhor com meio quilo de droga', se for um cigano vem logo "um indivíduo de Raça (termo enfatizado) cigana...", só falta dizer quem é o avô e a avó, porque diz tudo, põe logo em letra grande raça— raça são cães, gatos, ratos, está a perceber? — nós, não somos uma raça, somos uma etnia. Pelo Direito, eles não têm que nos chamar raça. Outra, sou cigano, o que não quer dizer que eu não sou português, talvez seja mais português que muitos jornalistas que andam por aí, porque sou de Lisboa, e sou da Mouraria, nasci a um passo da Mouraria e do Bairro Alto; no meu Bilhete de Identidade não diz que sou cigano, diz que eu sou cidadão português. Um jornal não tem que dizer cigano, 'foi apanhado um indivíduo tal', põem o nome lá e nem isso podiam fazer, isso é completamente contra a lei. Não tem que divulgar o nome, quanto menos raças, porque ao dizerem "raças" já estão a fazer racismo. Portanto, acho que em Portugal continua a haver muito, muito racismo." (Masc, 35 anos, possui a 3.ª Classe do Ensino Primário, comerciante no domicílio do cliente, residente em Espinho)

"(...) por cansa das drogas, metem mais culpas aos ciganos — mas, isto é tudo, é ciganos, é portugueses, é tudo misturado. Mas, põem mais culpas aos ciganos. Na televisão, dá mais a droga nos ciganos e não põem a droga nos portugueses. Pronto, têm razão. Mas, também misturem, ponham os portugueses, só põem os ciganos. E por isso que estão mal vistos" (Fem., 15 anos, possui a 3.ª Classe do Ensino Primário, não tem profissão, residente no Bairro S. João de Deus)

Num segundo momento, passa-se, assim, a um outro nível de análise que remete para a manifestação de "racismos" em contextos sociais concretos. Alguns dos entrevistados revelaram já ter sido alvo de atitudes e manifestações de racismo, mais concretamente 18 entrevistados, registando-se maior incidência do fenómeno entre os entrevistados de Espinho e sobretudo nos efectivos do sexo masculino.

Vivências de situações e contextos de discriminação social

"Muitas vezes, muitas vezes, se uma pessoa não tiver um bocadinho de inteligência para lidar com pessoas não ciganas; o grande mal é que as pessoas não depositam a confiança a 100% nos ciganos; muito amigo e tal, mas sempre de pé atrás. Por exemplo, quando fui pedir o empréstimo ao banco. Em muitos locais se sente a discriminação, e hoje ainda muito mais, por causa desses problemas da droga, só vêm os ciganos a vender droga, não vêm quem a traz, quem a transporta. Já me aconteceu numa discoteca. Isso, acontece frequentemente em discotecas aqui no Porto. Ontem, o Presidente da República disse uma coisa importante; a gente tem que separar o trigo do joio, e eles não separam, eles vêm os ciganos da mesma forma. Eu agora se for a uma discoteca, posso ir muito bem vestido e não sei quê, só que os ciganos tiveram um problema lá e já não entro. Que chatice! Isso revolta-me, fico revoltado com isso, quantas vezes me aconteceu. " (Masc, 34 anos, possui a 3.^a Classe do Ensino Primário, feirante, residente no Bairro S. João de Deus)

"Já. Eu fui bater à porta de uma Senhora para comprar um lote de malhas, quando cheguei lá, ela correu-me da casa dela para fora, por eu ser cigana, e eu respondi-lhe: "porquê que a Senhora me deita da porta para fora? Você não acha que eu sou uma mulher humana como a Senhora? Fale-me com educação, que eu também falo". Ela tratou-me mal, e eu também a tratei; ela pegou num pau para me bater e eu peguei numa cadeira para lhe dar, porquê? Porque ela tratou-me mal, e me ofendeu, porque se ela não me tratasse mal e me recebesse como a uma pessoa qualquer, eu não lhe fazia mal nenhum. " (Fem., 40 anos, não sabe ler nem escrever, feirante, residente no Bairro S. João de Deus)

"Há muita discriminação, pelo facto de eu ser morena. Se eu precisar de alugar uma casa, e se for eu, fecham-me logo a porta e se for o meu marido que já não parece já não há problemas. E quando eu alugo uma casa eu nunca alugo uma casa, só a vejo quando eu já tenho o recibo e essas coisas na mão. Uma vez eu aluguei uma casa de Verão, e já estava alugada a casa, e eu andava de luto pelo meu falecido pai, e eu estava com um lenço preto, o homenzinho viu o meu marido e tudo bem, mas depois quando me viu entrar fez lá uma pouca vergonha, e o meu marido começou a discutir com ele; ele disse que soubesse que era cigano, não tinha alugado a casa. Há sempre desconfiança, então em Espinho há muito." (Fem., 38 anos, possui a 3.^a Classe do Ensino Primário, doméstica, residente em Espinho)

Os racismos surgem em contextos e com configurações diversas, por exemplo, quando emergem atitudes hostis face a grupos minoritários, quando se evidencia a visibilidade da segregação social e racial nas periferias e nos espaços suburbanos, quando surgem acções de violência explícita, etc. Algumas instituições normativas também podem ter alguma influência no seu recrudescimento, como é o caso da polícia e dos *media*. A rejeição, sob diversos aspectos, é um elemento marcante nas relações entre os ciganos e o seu meio imediato. Essas tensões tendem a "exasperar-se em antagonismos e em conflitos, sobretudo em períodos, como o período actual, de dificuldades económicas e de desemprego: depressa se encontram os *bodes expiatórios* ", e daí resulta, para os ciganos, "um tratamento duro numa insegurança permanente" ⁵⁶.

Os entrevistados que já experienciaram processos, dinâmicas e contextos de discriminação social e de exclusão, referem principalmente os espaços de sociabilidade, de lazer e de interacção públicas (38,9% em discotecas e bares, 16,7% em restaurantes e cafés), os contextos de trabalho, nomeadamente com clientes ou fornecedores de artigo que reagiram mal ao facto de se depararem com um cigano, na situação de procurar arrendar habitação (11,1%), no atendimento em lojas e zonas comerciais (11,1%), e finalmente, no atendimento em instituições públicas (11,1%). Com variantes diversas, com um carácter mais flagrante ou violento, ou configurando formas veladas, mais reservadas e de carácter indirecto, não deixam de ser vivenciadas como situações de racismo/discriminação.

QUADRO V — Contextos/situações em que o actor social foi alvo de "racismos" por sexos e por área geográfica

Situações / Contextos	Bairro S. João de Deus			Espinho			Total Geral (n = 18)
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	
• em lojas, supermercados	—	—	—	—	40,9	20,0	11,1
• no atendimento em restaurantes,	28,6	—	25,0	20,0	—	10,0	16,7
• à entrada de discotecas, bares	71,4	—	62,5	40,0	—	20,0	38,9
• na procura de casa para arrendar	—	—	—	—	40,0	20,0	11,1
• no atendimento em instituições: Câmara Municipal, escola	—	—	—	—	40,0	20,0	11,1
• em trabalho: contactos com fornecedores e clientes	—	100,0	12,5	40,0	—	20,0	16,7
• na procura de informações	14,3	—	12,5	—	—	—	5,5

⁵⁶ J. P. Liégeois — Op. cit, p. 300.

240

• num clube em que era atleta e em que não era colocado a jogar	14,3	—	12,5	—	—	—	5,5
---	------	---	------	---	---	---	-----

A partir do momento em que o racismo se torna um tema relevante e suscitador de debates e de perspectivas divergentes, torna-se necessário interrogar a forma como os actores sociais percebem algumas instituições normativas da sociedade e a relação destas com o fenómeno racismo. A este propósito, analisou-se a percepção de que os actores são portadores a propósito da construção/existência de racismos por parte das forças policiais ou por parte da actuação dos magistrados em situação de julgamento.

Segundo M. Wieviorka⁵⁷ o racismo policial resulta da confluência de factores diversos: uns de carácter estrutural, ligados ao modo de funcionamento e à cultura da polícia (instituição normativa), outros, de ordem mais conjuntural, determinados pela situação social, pelas instituições e pelo sistema político. Nesta perspectiva, os polícias não são apenas agentes que asseguram a "normalidade" do funcionamento de uma organização social que os transcende. Assim, e apesar da burocracia e das regras administrativas que limitam o seu trabalho, os polícias são também actores individuais e colectivos, que exprimem uma subjectividade e dispõem de graus de liberdade que permitem a redefinição das suas práticas. A cultura da instituição policial integra um conjunto de normas e comportamentos estruturados quer pela identidade profissional, e métodos de intervenção, quer pelas condições institucionais do trabalho policial. Essa cultura parte de uma base de pressupostos mais ou menos constantes ao longo do tempo: o sentimento de constituir o último pilar numa sociedade em desestruturação, o dever de constituir uma espécie de paliativo face às disfunções das instituições sociais, assentando a sua intervenção num universo simbólico-ideológico estruturado com base num sistema classificatório de alguns grupos sociais em categorias que estão sob contínua "suspeição" — são as "categorias marginais" —, entre as quais se destaca a dos "ciganos". Esta tendência para a categorização em termos raciais ou étnicos decorre não só das condicionantes estruturais, mas também das conjunturais, que remetem para as tensões sociais que atravessam transversalmente as sociedades em dado momento e que tem incidências na própria intervenção policial.

Neste contexto, interrogou-se os actores sociais sobre se já tinham estado envolvidos em situações de alguma problematidade que implicaram a intervenção directa das forças policiais — saliente-se que não se teve em conta os casos correntes de multas ou pequenas infracções ao código da estrada.

⁵⁷ Michel Wieviorka et al. — *La France raciste*, Paris, Ed. du Seuil, 1992.

Situações vivenciais que implicaram o envolvimento da actuação policial

"Já fui preso, com droga que não era minha. Estava eu, o Frederico, o Cristiano, o Vasco, o Jerónimo (não é o meu irmão, é aquele grande), e um rapaz chamado Gomes vem a polícia, arrevistou-nos, não nos apanhou nada. Chamou o rapaz, o Gomes, tirou-lhe a droga; o dinheiro, um sabonete e 3 pacotes de "branca " e "castanha"/" (Masc, 20 anos, possui o Instrução Primária completa, não tem profissão, residente no Bairro S. João de Deus)

"Já tive alguns problemas, assim, pequenas coisitas; nada de drogas. Sei lá ! Desatinos... Ela (polícia) chamou-me se eu era mulher ou homem, e eu respondi-lhe. Depois, disso, levaram-me para a esquadra. Assim, que eu entrei na esquadra, virei as costas e recebi 4 ou 5 chapadas, assim, sei dar por ela. Depois, agarrei-a; sabe o que ela queria é que eu lhe desse uma "cabeçada", que era para ela me pôr em tribunal. Eu agarrei-a e disse: "olhe que eu vou-lhe dar" e virei-me para os outros e disse "eu vou lhe dar um soco, agarrem-me"; mas, eu fiz assim mas encostei-me, percebe ? E ela começou a dizer <sup> dá uma "cabeçada ", se queres dar uma "cabeçada" dá !" Porque ela era subchefe, se eu lhe tocasse, estava "fodi-dinho", mas digo-lhe não lhe toquei porque estavam ali muitos, porque eu não sou burro; eles caíam-me em cima e matavam-me; pronto, por ser mulher também ! Mas, depois cheguei a dizer-lhe "tenho 7 irmãs..." \ (Masc, 21 anos, possui o Ensino Preparatório completo, não tem profissão, residente no Bairro S. João de Deus)

"Só uma vez, por causa de calças de marca. Eu estava a vender calças de marca e a polícia apanhou-me, e eu depois comecei a chorar e a mandar vir com os polícias, porque me levaram o artigo." (Masc, 16 anos, possui o 5.º Ano do Ensino Preparatório, feirante, residente em Espinho)

De registar que 14 entrevistados já se envolveram em problemas e situações que implicaram a intervenção directa da polícia, embora se registem discrepâncias nas duas unidades territoriais em análise. Em Espinho, constata-se um maior número de casos (8), abrangendo sobretudo efectivos do sexo feminino (5), geralmente em situações de apreensão de produtos de marca registada. Pelo contrário, no Bairro S. João de Deus são os efectivos do sexo masculino (6) que apresentam algum envolvimento em situações que implicaram a actuação policial.

**QUADRO VI — Percepção subjectiva sobre a actuação da polícia
e dos tribunais relativamente aos indivíduos de etnia cigana
na área geográfica em estudo**

Avaliação da Actuação das Forças Policiais	Bairro São João de Deus	Espinho	Total
• Actuação não diferenciada	9	10	19
• Actuação diferenciada	11	7	18
• Não Sabe	2	2	4
Total	22	19	41

Avaliação da Actuação dos Tribunais (Juizes)	Bairro São João de Deus	Espinho	Total
• Actuação não diferenciada	13	6	19
• Actuação diferenciada	7	9	16
• Não Sabe	2	4	6
Total	22	19	41

A avaliação que efectuem os entrevistados da instituição policial e dos tribunais em geral, quando se defrontam com indivíduos pertencentes ao grupo étnico cigano, apresenta resultados interessantes. Ambas as instituições são apreciadas de forma global como não discriminatórias.

Porém, os entrevistados residentes no Bairro S. João de Deus consideram a instituição policial (11 entrevistados) mais discriminatória do que a instituição judicial (7 entrevistados), em contrapartida, os de Espinho avaliam de forma mais negativa a actuação dos tribunais (9 entrevistados), comparativamente à da polícia (7 entrevistados), apesar de aqui se registar um maior número de indivíduos envolvidos em problemas com a polícia.

"Tiveram os meus cunhados... Houve uma vez uma rusga em casa do António, e dos meus outros cunhados. Mas, é mentira porque eles não andavam nisso, por vezes, as vizinhanças é que "denunciam" por desconhecimento, tinham desconfianças. Foi por isso que fizeram a rusga. Agora, tenho uma cunhada presa com uma acusação que é mentira - uma vizinha de cima, apanhou umas drogas e disse que era dela, sendo mentira, porque nem impressões nem nada tem lá. Conhece o Rodrigo? Também foi acusado, nunca andou nessas vidas, a vida dele é a mesma que anda o meu marido, e estão lá dentro porquê? Por causa das acusações dessas racistas. São racistas, não se lembram dos tempos antigos, antes de ir lá para dentro era a minha cunhada e o meu cunhado que lhes davam de comer; haviam de pensar nisso, não é? Mas, há pessoas que nem pensam nas coisas que fazem." (Fem., 17 anos, possui a 2ª Classe do Ensino Primário, feirante, residente no Bairro S. João de Deus)

"Mas, ainda aqui no ano passado, aconteceu aqui um caso que você conhece perfeitamente, e são tratados de maneiras diferentes. No ano passado, foi aqui caço duas pessoas, suspeitava-se que 50 gramas dessa droga seria dessas duas pessoas, 50 gramas que estava na mão de outra pessoa. Ora bem, o juiz condenou a pessoa que tinha a droga a 4 anos de cadeia, e condena os outros — ciganos — em 10, sem nada. Há diferença. Então, aquele é que tinha a droga e é caço na casa dele a droga e apanhou 4 anos, como é que é possível que o outro que não tem nada, foi caço sem nada, só que aquele que tem a droga diz que é do outro, o outro vai apanhar 10. Há diferença, está aí a diferença. Por ser cigano, a meu ver é assim: há aqui um juiz no Porto e uma juíza, que dizem que qualquer cigano que passe pela mão dele e seja caço com pacote, esse gajo dá-lhe logo "a castanhada", segundo dizem um filho ou filha desses juizes morreu pela droga, e cada vez que caça um cigano "pwnba", castiga." (Masc., 41 anos, possui o Instrução Primária completa, comerciante, residente no Bairro S. João de Deus)

"Sim. De há 10 anos para cá, há uma diferença nesse ponto. O cigano se cair na Judiciária, no Tic conforme eles dizem, bastará uma qualquer acusação para manter esse cigano detido, e se for uma pessoa qualquer é capaz de haver uma tolerância maior. Só porque é cigano, mantêm-no detido, sem provas nenhuma, basta só uma acusação - ou porque encontraram bastante dinheiro em casa, é o suficiente para manter esse cigano detido. O que está mal." (Masc, 36 anos, possui a 1ª Classe do Ensino Primário, feirante, residente no Bairro S. João de Deus)

"Alguns tratam, porque ainda agora aconteceu um caso no Tribunal de S. João Novo, em que os ciganos quiseram virar-se à polícia devido a isso. Porque foi um colega nosso responder, e ele (juiz) pegou e meteu tudo cá fora, não é justo. A gente podia estar lá dentro como as outras pessoas estavam. Se os portugueses podiam estar (a assistir ao julgamento), a raça cigana também devia estar." (Fem., 40 anos, não sabe ler nem escrever, feirante, residente no Bairro S. João de Deus)

Balanço final

Embora, as capacidades de adaptabilidade demonstradas pelo grupo étnico cigano se tenham traduzido em melhorias nas suas condições sócio-económicas e de vida, não houve correspondência em termos de protago-

nismo sócio-político e em distintividades sociais. Observa-se, algumas situações de mobilidade social, porém, tal fenómeno está longe de ter a tradução e a repercussão num projecto mais alargado de promoção e de mudança grupai com impacte no seu estatuto social e na construção de uma imagem pública positiva.

Assim, ao equacionar-se a capacidade de acção e de decisão dos actores sociais sobre a mudança, verificou-se que os trajectos e projectos de vida se apresentam condicionados a determinados constrangimentos, tais como: o preconceito, a rejeição e o estereótipo secular, os baixos níveis de escolarização, a inserção precária no mercado de trabalho, a participação política, associativa e cívica passiva, o não exercício dos direitos de cidadania, e o deficiente usufruto de benefícios e apoios estatais na sua plenitude.

Neste cenário, regista-se mesmo uma ausência de perspectivas, ou seja, de projectos de vida assentes numa óptica de mobilidade social ascendente no que concerne a ambos os grupos empíricos. Assumem assim, uma atitude de apatia e descrente quanto à sua capacidade de protagonismo no sentido de mudança. As vivências são marcadas pelo tempo presente e por referência a um passado reprodutor de marginalizações cumulativas.

Torna-se, então, necessário ter em conta a dinâmica da reprodução social, por força do peso dos constrangimentos sociais. Mudança e reprodução é uma constante tensão no trajecto social dos grupos em análise.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de, et al., "Famílias, estudantes e universidade", *Sociologia Problemas e Práticas*, 4, 1988.
- "Estudantes e amigos — trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social* (105-106), vol. XXV, 1990.
- *Exclusão social — Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Ed. , 1992.
- "A recomposição sócio-profissional e os novos protagonismos", in António Reis (coord.) *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa. Ed. Círculo de Leitores, 1993.
- BALIBAR, Étienne, "Racisme et nationalisme: une logique de Péccés", in Wieviorka, M. (org.), *Racisme et modernité*, Paris, Ed. Ia découverte, Paris, 1993.
- BASTOS, Susana Trovão Pereira, "Espaço doméstico, espaço simbólico e identidade — um olhar sobre o viver indiano na cidade de Lisboa", in *Actas do Colóquio Viver n(a) Cidade*, Lisboa, Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil/Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, 1990.
- BOURDIEU, Pierre, e PASSERON, J. Claude, *La Reproduction*, Paris, Les Editions de Minuit, 1971.
- COELHO, Adolfo, *Os ciganos de Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1995.

- DESCHAMPS, J. C. et al., *Psicologia Geral Experimental*, Lisboa, Moraes Ed. , 1986.
- FERNANDES, António Teixeira, "Formas e mecanismos de exclusão social", *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I Série, Vol. I, 1991.
- "Etnicização e racização no processo de exclusão social", *Sociologia — Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I Série, Vol V, 1995.
- "Alguns desafios teórico-metodológicos", *Sociologia — Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Porto, Vol. VI, 1996.
- FREITAS, Maria João, e Castro, Paula, *Contributos para o estudo de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa*, Lisboa, Ed. LNEC7 GES, 1992.
- GOFFMAN, Erving, *Stigmaté. Les usages sociaux des handicaps*, Paris, Ed. Minuit, 1975.
- Grupo PASS, *La comunidade gitana dei Gran Bilbao*, Ed. Secretariado General Gitano, sem mais referências.
- LIÉGEOIS, J. P., *A escolarização das crianças ciganas e viajantes - Relatório da Comissão das Comunidades Europeias*, Luxemburgo, Ed. C.E.E. , 1987.
- MACHADO, Fernando Luís, *Etnicidade em Portugal. Aproximação ao caso guineense*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, ISCTE, Policopiado, 1991.
- "Etnicidade em Portugal - Contrastes e politização", *Sociologia Problemas e Práticas*, 12, 1992.
- "As Noites de Sociologia", *Sociologia Problemas e Práticas*, 15, 1995.
- MACHADO, Paulo, "Reflexões a propósito da minoria étnica cigana em Portugal: aproximação sociológica sobre uma identidade desconhecida", *Serviço Social*, sem mais referências.
- MEMMI, Albert, *O racismo*, Lisboa, Ed. Caminho, 1993.
- MENDES, Maria Manuela, *Levantamento exploratório de algumas comunidades ciganas fixadas na Região Norte*. Relatório de Avaliação do Projecto Puzzle no âmbito da Iniciativa Comunitária Horizon, Porto, REAPN, 1995.
- NUNES, Olímpio, *O povo cigano*, Porto, Livraria Apostulado da Imprensa, 1981.
- ORTEGA, Maria Helena C, "Evolucion y contexto histórico de los gitanos espanoles, in San Roman, Teresa, (compil.), *Entre la marginación y el racismo. Reflexiones sobre la vida de los gitanos*, Madrid, Alianza Editorial, 1994.
- REX, John, *Raça e Etnia*, Lisboa, Ed. Estampa, 1988.
- SAINT-MAURICE, Ana de, *Reconstrução das identidades no processo de emigração: a população caboverdiana residente em Portugal* (Dissertação de Doutoramento), Lisboa, ISCTE, 1994.
- SALOMOS, John, e Back, Les, *Racism and Society*, London, Macmillan Press, 1996.
- SIMMEL, G., "Digresión sobre el extranjero", in *Sociologia 2*, Madrid, Alianza Ed., 1986.
- TRIBALAT, Michèle, *De Vimigration à Fassimilation, enquête sur les populations d'origine étrangère en France*, Paris, Ed. La Découverte, 1996.
- WIEVIORKA, Michel et ai, *La France raciste*, Paris, Ed. du Seuil, 1992.
- WIEVIORKA, Michel, *A democracia aprova. Nacionalismo, populismo e etnicidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1995.
- Xunta de Galicia, *La Comunidad Gitana en Galicia*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1991.